

César Dario Mariano da Silva

**Promotor de Justiça do
2º Tribunal do Júri da Capital – SP.**

Especialista em Direito Penal.

Professor de Direito na Universidade Paulista (Unip).

Das provas obtidas por meios ilícitos

**e seus reflexos no âmbito do
Direito Processual Penal**

- **Teoria da Proporcionalidade**
- **Interceptação e Escuta Telefônica**
- **Busca e Apreensão**
- **Sigilo e Segredo**
- **Confissão**



LIVRARIA E EDITORA UNIVERSITÁRIA DE DIREITO LTDA.

Rua Benjamin Constant, 171 – 1º andar – salas 1 a 5

Fone: (011) 3105-6374 – Fax: 3104-0317

São Paulo – SP – CEP 01005-000

1999

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Silva, César Dario Mariano da

Das provas obtidas por meios ilícitos e seus reflexos no âmbito do direito processual e penal / César Dario Mariano da Silva. -- São Paulo : Liv. e Ed. Universitária de Direito, 1999.

Bibliografia.

1. Direito Penal - Brasil 2. Processo penal - Brasil 3. Prova (Direito) - Brasil I. Título.

99-1586

CDU-343.14(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Provas ilicitamente obtidas :
Direito processual penal 343.14(81)

ISBN: 85-7456-011-1

Sumário

INTRODUÇÃO	9
1. DA PROVA	11
1.1 Conceito e finalidade	11
1.2 Meios de prova	17
1.3 Vedações e interpretação da prova	18
2. DAS PROVAS OBTIDAS POR MEIOS ILÍCITOS – GENERALIDADES	21
2.1 Limites à produção probatória	21
2.2 Definição	22
2.3 Conceito de inadmissibilidade	24
2.4 Efeitos	25
2.5 Da prova obtida por meio ilícito em benefício do réu	26
2.6 Teoria da proporcionalidade e a prova ilícitamente obtida em desfavor do acusado.	28
2.7 Provas ilícitas por derivação	34
3. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA, DE INFORMÁTICA E DE TELEMÁTICA	39
3.1 Definição e diferenciação da gravação clandestina e escuta telefônica	39
3.2 Interceptação telefônica e a Constituição Federal – Antecedentes históricos.....	44
3.3 Lei 9.296/96	47

3.3.1	Generalidades	47
3.3.2	Competência	48
3.3.3	Proteção à intimidade	49
3.3.4	Requisitos	50
3.3.5	Procedimento	53
3.3.6	Os crimes do artigo 10	56
3.3.7	Da constitucionalidade do parágrafo único do art. 1 ^o	58
4.	BUSCA E APREENSÃO E PROVAS ILICITAMENTE OBTIDAS	63
4.1	Casa e sua inviolabilidade	63
4.2	Violação da intimidade domiciliar e da cor- respondência e a teoria da proporcionali- dade	65
5.	SIGILO PROFISSIONAL E PROVAS ILICITAMENTE OBTIDAS	73
5.1	Sigilo e segredo	73
5.2	Sigilo e sua tutela constitucional e legal	73
5.3	O sigilo no Direito Processual Penal e seu reflexo na produção probatória	75
6.	CONFISSÃO	77
6.1	Generalidades	77
6.2	Vícios da confissão e suas conseqüências processuais quanto à ilicitude da prova	80
	CONCLUSÃO	85
	LEGISLAÇÃO CORRELATA	89
	• Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988 (dispositivos)	91
	• Código de Processo Penal – Decreto-lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 (disposi- tivos)	103
	• Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996	125
	BIBLIOGRAFIA	129